Aprovado por unanimidade da Assembleia Geral de 1 de Março 2018.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

União Distrital Instituições Particulares Solidariedade Social Braga

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2017

Índice

Balanço 3
Demonstração dos Resultados por Naturezas 4
Demonstração dos Resultados por Funções 5
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais 6
Demonstração dos Fluxos de Caixa 7
Anexo 8
1. Identificação da Entidade 8
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras 8
3. Políticas contabilisticas, alterações nas políticas contabilísticas e erros 8
4. Ativos fixos tangíveis 12
5. Investimentos financeiros 13
6. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros 13
7. Estado e outros Entes Públicos 13
8. Caixa e depósitos bancários 14
9. Outros ativos correntes 14
10. Fundos patrimoniais 14
11. Fornecedores 14
12. Outros passivos correntes 15
13. Vendas e serviços prestados 15
14. Subsídios, doações e legados à exploração 15
15. Fornecimentos e serviços externos 15
16. Gastos com o pessoal 16
17. Outros rendimentos 16
18. Outros gastos 16
19. Resultados financeiros 16
20. Aumentos/Reduções de justo valor 16
21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 16
22. Acontecimentos após data de Balanço 17

Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.969,32	771,97
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	5	-	1.921,02
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Subtotal		1.969,32	2.692,99
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber			
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6	42.950,00	47.720,00
Diferimentos			
Outros ativos correntes	9	2.091,05	2.158,82
Caixa e depósitos bancários	8	127.489,20	105.907,02
Subtotal		172.530,25	155.785,84
Total do Ativo		**174.499,57**	**158.478,83**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10	36.218,07	36.218,07
Excedentes técnicos			
Reservas			
Excedentes de revalorização			
Resultados transitados	10	105.154,73	99.288,04
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais			
Resultado líquido do período	10	9.810,46	5.866,69
Total dos fundos patrimoniais		**151.183,26**	**141.372,80**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	11	293,66	293,66
Estado e outros entes públicos	7	822,55	961,87
Financiamentos obtidos			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	6	815,00	650,00
Diferimentos			
Outros passivos correntes	12	21.385,10	15.200,50
Subtotal		23.316,31	17.106,03
Total do passivo		**23.316,31**	**17.106,03**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**174.499,57**	**158.478,83**

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	13	68.040,00	62.470,00
Subsídios, doações e legados à exploração	14	-	3.906,78
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	15	(17.301,29)	(19.907,32)
Gastos com o pessoal	16	(26.563,33)	(25.899,02)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	(11.657,65)	(8.623,55)
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor	20	2.641,98	(1.090,56)
Outros rendimentos	17	60,00	190,00
Outros gastos	18	(5.940,01)	(5.880,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.279,70	5.166,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(222,19)	(195,11)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.057,51	4.971,22
Juros e rendimentos similares obtidos	19	752,95	895,47
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		9.810,46	5.866,69
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		**9.810,46**	**5.866,69**

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	13	68.040,00	62.470,00
Custo das vendas e dos serviços prestados	16	(26.563,33)	(25.899,02)
Resultado bruto		41.476,67	36.570,98
Outros rendimentos	14/17/19/20	3.454,93	4.992,25
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos	4/6/15	(29.181,13)	(28.725,98)
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos	18	(5.940,01)	(6.970,56)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.810,46	5.866,69
Gastos de financiamento (líquidos)			
Resultados antes de impostos		9.810,46	5.866,69
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		**9.810,46**	**5.866,69**

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1		36.218,07	105.078,82	-	(5.790,78)	135.506,11	135.506,11
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		10		(5.790,78)	-	5.790,78	-	-
	2		-	(5.790,78)	-	5.790,78	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	10				5.866,69	5.866,69	5.866,69
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					11.657,47	5.866,69	5.866,69
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
	5		-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+5		36.218,07	99.288,04	-	5.866,69	141.372,80	141.372,80

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6		36.218,07	99.288,04	-	5.866,69	141.372,80	141.372,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo refrencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		10	-	5.866,69	-	(5.866,69)	-	-
	7		-	5.866,69	-	(5.866,69)	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	10				9.810,46	9.810,46	9.810,46
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					3.943,77	9.810,46	9.810,46
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
	10		-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10		36.218,07	105.154,73	-	9.810,46	151.183,26	151.183,26

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes			
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(17.379,56)	(19.677,00)
Pagamentos ao pessoal		(26.379,79)	(25.458,22)
Caixa gerada pelas operações		(43.759,35)	(45.135,22)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		61.377,35	67.713,23
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		17.618,00	22.578,01
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.419,54)	(560,01)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		5.383,72	1.390,21
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		3.964,18	830,20
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**21.582,18**	**23.408,21**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		105.907,02	82.498,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**127.489,20**	**105.907,02**

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIREÇÃO

Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1 – Designação da entidade: *União Distrital Instituições Particulares Solidariedade Social Braga*

1.2 – NIF: *506216110*

1.3 – Sede social: *Rua Santa Margarida, 2-A 3 sala 4 - Braga*

1.4 – Endereço eletrónico: *geral@udipss-braga.pt*

1.5 – Natureza da atividade: A *União Distrital Instituições Particulares Solidariedade Social Braga*, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 284 de 10/12/2003, Série III. Tem como atividades:

- CAE 88990 – Outras Atividades de Apoio Social Sem Alojamento, N.E.
- CAE 85593 – Outras Atividades Educativas, N.E.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

a) Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

b) Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;

c) Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;

d) NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e

e) Normas Interpretativas (NI).

2.2 - Não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 8 e 12)

Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

f) A natureza da reclassificação;
g) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

h) Razão para a reclassificação.

b) - Outras políticas Contabilísticas:

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.
Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ou pelo Valor Patrimonial Tributário.
As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.
Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento administrativo	5 e 6
Outros ativos fixos tangíveis	4 e 6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos*" ou "*Outros gastos*".

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Clientes/utentes e outros créditos

Os "*Clientes/utentes*" e "*Outros créditos*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outras dívidas a pagar*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.
Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Estado e outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as *instituições particulares de solidariedade social,* estão isentas de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.
Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.
A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes e utentes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.
Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

c) - Principais pressupostos relativos ao futuro

Gestão de risco financeiro

• Risco de Liquidez:

A gestão do risco de liquidez tem por objetivo garantir que, a todo o momento, a instituição mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis:

(i). Cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento, e

(ii). Garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus objetivos e estratégia.

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Instituição.

d) - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alterações nas estimativas.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

Não foram efetuadas correções de erros de períodos anteriores.

4. Ativos fixos tangíveis

Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de dezembro de 2016

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2016
Custo					
Equipamento administrativo	21.547,44	560,01			22.107,45
Outros ativos fixos tangíveis	154,58				154,58
Total	**21.702,02**	**560,01**			**22.262,03**
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	21.140,37	195,11			21.335,48
Outros ativos fixos tangíveis	154,58				154,58
Total	**21.294,95**	**195,11**			**21.490,06**
				Quantia escriturada	**771,97**

31 de dezembro de 2017

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo em 31-dez-2017
Custo					
Equipamento administrativo	22.107,45	1.419,54			23.526,99
Outros ativos fixos tangíveis	154,58				154,58
Total	**22.262,03**	**1.419,54**			23.681,57
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	21.335,48	222,19			21.557,67
Outros ativos fixos tangíveis	154,58				154,58
Total	**21.490,06**	**222,19**			**21.712,25**
				Quantia escriturada	**1.969,32**

5. Investimentos financeiros

Participações financeiras – método da equivalência patrimonial

Os saldos dos investimentos em Entidades participadas e associadas, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, apresentavam-se da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-dez-2017
Montepio - Fundo de participação CEMG	1.921,02	-	1.921,02	-	-
Total	**1.921,02**	-	**1.921,02**	-	-

6. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/utentes

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica *"Associados"* encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
	Corrente	Corrente
Ativo		
Associados c/c	**103.858,10**	**97.653,90**
Saldos vencidos:		
Até 360 dias	24.631,70	32.710,00
Mais de 360 dias	79.226,40	64.943,90
Perdas por imparidades acumuladas	**60.908,10**	**49.933,90**
Saldos vencidos:		
Mais de 360 dias		
Saldo a 1 de janeiro	49.933,90	41.310,35
Aumento	11.657,65	8.623,55
Regularizações	(683,45)	
Total	**42.950,00**	**47.720,00**
Passivo		
Associados (adiantamentos)	815,00	650,00
Total	**815,00**	**650,00**

7. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de *"Estado e outros Entes Públicos"* está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	335,19	437,33
Segurança Social	487,36	524,54
Total	**822,55**	**961,87**

8. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	534,29	38,11
Depósitos à ordem	41.954,91	20.868,91
Depósitos a prazo	85.000,00	85.000,00
Total	**127.489,20**	**105.907,02**

9. Outros ativos correntes

A rubrica "*Outros ativos correntes" tinha*, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Devedores por acréscimos de rendimentos	106,89	174,66
Outros devedores	1.984,16	1.984,16
Total	**2.091,05**	**2.158,82**

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Juros a receber	106,89	174,66
Margem CCE, Lda.	1.984,16	1.984,16
Total	**2.091,05**	**2.158,82**

10. Fundos patrimoniais

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
Fundos	36.218,07			36.218,07
Excedentes técnicos	-			-
Reservas	-			-
Excedentes de revalorização	-			-
Resultados transitados	99.288,04	5.866,69		105.154,73
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	-			-
Resultado líquido do período	5.866,69	9.810,46	5.866,69	9.810,46
Total	**141.372,80**	**15.677,15**	**5.866,69**	**151.183,26**

Nota:
Resultados transitados:
- Aumento de 5.866,69 de transferência dos Resultados Líquidos positivos de 2016

Resultado líquido do exercício:
- Aumento de 9.810,46, do resultado positivo de 2017.
- Diminuição de 5.866,69, pela transferência do resultado positivo do exercício de 2016, para Resultados Transitados.

11. Fornecedores

O saldo da rubrica de "*Fornecedores*" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c	293,66	293,66
Total	**293,66**	**293,66**

Descrição	0-30 dias	Total
Fornecedores c/c	293,66	293,66
Total	**293,66**	**293,66**

12. Outros passivos correntes

A rubrica de "*Outros passivos correntes*" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017		31-12-2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar		3.825,10		3.580,50
Outros acréscimos de gastos				
Quotizações - CNIS		17.560,00		11.620,00
Total	**-**	**21.385,10**	**-**	**15.200,50**

13. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "*Vendas* "e *"Serviços Prestados*:"

Prestação de Serviços

Descrição	2017	2016
Quotizações	58.750,00	58.450,00
Joias	60,00	240,00
Seminários / Formações	9.230,00	3.780,00
Total	**68.040,00**	**62.470,00**

14. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "*Subsídios, doações e legados à exploração*":

Descrição	2017	2016
Donativos em dinheiro	-	3.906,78
Total	**-**	**3.906,78**

15. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	12.418,34	14.912,19
Trabalhos especializados	9.601,27	6.245,75
Publicidade e propaganda	-	325,95
Honorários	2.376,42	6.612,08
Conservação e reparação	440,65	1.656,91
Outros	-	71,50
Materiais	153,20	130,57
Material de escritório	153,20	130,57
Deslocações, estadas e transportes	832,53	1.298,07
Deslocações e estadas	832,53	1.298,07
Serviços diversos	3.897,22	3.566,49
Rendas e alugueres	2.529,00	2.292,00
Comunicação	892,15	826,47
Despesas de representação	168,60	138,75
Limpeza, higiene e conforto	307,47	309,27
Total	**17.301,29**	**19.907,32**

16. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente " 11 " e " 1 1".

Os órgãos sociais da Entidade, não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de "1" e em 2016 foi de "1".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao pessoal	21.708,00	21.186,71
Encargos sobre as remunerações	4.612,10	4.454,75
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	243,23	257,56
Total	**26.563,33**	**25.899,02**

17. Outros rendimentos

A rubrica de "*Outros rendimentos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Correções relativas a períodos anteriores	60,00	190,00
Total	**60,00**	**190,00**

18. Outros gastos

A rubrica de "*Outros gastos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Correções relativas a períodos anteriores	0,01	-
Quotizações (CNIS)	5.940,00	5.880,00
Total	**5.940,01**	**5.880,00**

19. Resultados financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	752,95	895,47
Total	**752,95**	**895,47**
Resultados financeiros	**752,95**	**895,47**

20. Aumentos/Reduções de justo valor

Em 2016 e de 2015, o detalhe desta rubrica era o que se segue

Descrição	2017			2016		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em instrumentos financeiros	2.641,98	-	2.641,98	-	1.090,56	1.090,56
Total	**2.641,98**	-	**2.641,98**	-	**1.090,56**	**1.090,56**

21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210 º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

22. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 07 de março de 2018.

O Contabilista Certificado

A Direção

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos oito dias do mês de Março do ano de dois mil e dezoito reuniu o Conselho Fiscal da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Braga (UDIPSS – Braga), estando presentes os seus membros, senhores: Rui Manuel Matos Araújo Maia, Manuel Augusto Martins de Araújo e Avelino José Antunes Soares, no sentido de elaborar parecer sobre as contas do exercício de 2017.

No cumprimento do mandato que nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhamos durante o exercício de 2017 a atividade da UDIPSS – Braga, tendo examinado regularmente os registos contabilísticos, constatamos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos sempre os esclarecimentos e informações solicitados. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da UDIPSS e o resultado das operações e, é nossa opinião que as mesmas estão conforme as disposições legais e técnicas vigentes e sustentam adequadamente o Balanço e a Demonstração de Resultados.

Apraz-nos também registar a excelente apresentação das peças contabilísticas que permitem uma fácil conferência de todos os movimentos.

Assim, o Balanço, a Demonstração de Resultados evidenciam um total de Balanço de 174.499,57 €, um total do Fundo de Capital de 151.183,26 € e um Resultado Liquido positivo de 9810,46 €, permitem uma adequada compreensão da situação económica e financeira da UDIPSS – Braga.

Assim, face ao exposto, é nosso parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados, apresentados pela Direcção, relativos ao exercício de 2017.

Propomos que seja exarado um voto de louvor à Direcção e a todos os que trabalham na UDIPSS – Braga, pela competência e dedicação com que têm desempenhado as suas funções.

O Conselho Fiscal da UDIPSS – Braga

UDIPSS - BRAGA

Aprovado em Assembleia Geral de 15 de março de 2018

Relatório de Atividades

2017

Mais um ano se completou. A UDIPSS-BRAGA, fiel à sua missão, empenhou-se em desenvolver um conjunto de ações com relevância e pertinência para as associadas.

Se é importante planear, não é menos importante avaliar em ordem à projeção do futuro.

Elencamos as principais atividades que desenvolvemos ao longo de 2017, esperançados que tenham ido ao encontro das espectativas.

Empenhamo-nos numa causa comum: juntos/unidos seremos sempre "mais fortes, mas competentes e mais dedicados" no serviço que prestamos.

Destacamos, os momentos mais importantes, da atividade desenvolvida:

1. **Apoio informativo e consultivo às associadas - Trabalho de base, central, constante e contínuo**
   - 1.1. Informação administrativa, contabilística e normativa
   - 1.2. Informação e consulta jurídica
   - 1.3. Ação próxima e contínua junto do Centro Distrital de Braga da Segurança Social em favor das associadas
2. **Atividades/reuniões Institucionais e em Parceria**
   - **2.1. Reuniões da Assembleia Geral da UDIPSS-BRAGA**

     7 de março e 15 de novembro de 2017
   - **2.2. Conselho Geral da CNIS**

     As Uniões Distritais/Regionais e as Federações de âmbito nacional constituem o Conselho-Geral da CNIS que é presidido pelo Presidente da Direção da CNIS.

     A União Distrital participou: 6 de março, 24 de maio, 20 de julho e 23 de outubro
   - **2.3. Comissão Permanente do Conselho Geral da CNIS**

     O Presidente da UDIPSS-BRAGA, Cónego Roberto Mariz, foi eleito representante das Uniões Distritais do Norte – Braga, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança.

     8 de fevereiro: Esclarecimento das questões e apreciação das propostas apresentadas pelos representantes da Comissão Permanente.

     3 de abril: Apresentação Compromisso de Cooperação 2017-2018

     8 de maio: Contratação Coletiva e Festa da Solidariedade

2.4. Atividades com a participação da UDIPSS-BRAGA

Participação no 36º Aniversário da CNIS, em Fátima, em que foi apresentado o Caderno de Reflexões do Centro de Estudos Sociais sobre: Desenvolvimento Local, Imaterialidade como valor, Base para uma carta de valores, novos desafios, identidade e Autonomia das IPSS, Sustentabilidade.

O Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, homenageou a CNIS numa cerimónia abrilhantada pela atuação do fadista Carlos do Carmo e que reuniu no Picadeiro Real (antigo Museu dos Coches), em Lisboa, mais de três centenas de dirigentes de IPSS e onde a UDIPSS-BRAGA esteve representada pelos seus Órgãos Sociais.

A convite do assessor jurídico da CNIS, participação na reunião com assessores jurídicos das UDIPSS sobre o contrato coletivo.

Participação na reunião de trabalho RNCCI, em Coimbra, em que foi elaborado um documento com as conclusões e a sistematização das sugestões e preocupações identificadas pelas instituições. Este documento foi enviado ao Senhor Coordenador da RNCCI, o Professor Manuel Lopes.

Participação na apresentação do Compromisso de Cooperação 2017-2018, em Vila do Conde.

A convite da PAR - Plataforma de Apoio aos Refugiados, participação na sessão informativa e mobilizadora sobre o acolhimento de crianças refugiadas e suas famílias em Portugal, orientada pelo Dr. Rui Marques, coordenador da PAR.

A convite da Comissão de Proteção ao Idoso, participação nas Conferências subordinada aos temas:
23 março, "Ética e Cidadania"

2 junho, "Necessidades e desafios de uma sociedade envelhecida: que respostas Sociais?"

3. Atividades de Natureza Formativa/informação

3.1. Em parceria com a CNIS

No âmbito do Projecto ROTASS que a RHmais está a desenvolver com a CNIS foram realizadas:
20 de janeiro, sessão de informação/formação com dirigentes/técnicos das IPSS dos Órgãos Sociais da UDIPSS para apresentação, desenvolvimento e implementação da plataforma ROTASS - Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário

26 de maio, sessão prática da plataforma web da ROTASS, com inserção de documentos
5 de dezembro, Encontro Regional: balanço de utilização, inserção de conteúdos na plataforma: Divulgação/Disseminação do projeto.

3.2. Em parceria com o Centro Distrital de Braga da Segurança Social

21 de março, sessão de divulgação e esclarecimentos do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP).

3.3. Em parceria com a UDIPSS de Viana do Castelo

18 de maio, participação na ação de formação "Avaliação de Impacto Social", integrada no Programa Criar Valor(es)

27 de junho, sessão de encerramento do programa de capacitação de dirigentes e equipas de direção, denominado "CRIAR VALOR(ES) – Sustentabilidade e criação de valor na economia social", realizado pela Turnaround Social, com o apoio da Fundação Montepio. Participaram neste projeto 4 Instituições.

3.4. Em parceria com a F3M

7 março, Seminário: Contratos de Trabalho: da celebração à cessação

26 março, Seminário: Envelhecimento Normal vs. Patológico

Emergências Infantis: como agir?

16 maio, Seminário: Férias, Faltas e Feriados

4 de julho, Seminário: Direitos e Deveres dos Trabalhadores

15 de novembro, Seminário: Contratação Pública e as IPSS

13 de dezembro, Seminário: Novo Regulamento de Proteção de Dados

3.5. Em parceria com a Comissão Arquidiocesana da Pastoral Social e da Mobilidade Humana

3 de maio, Peregrinação das IPSS do distrito de Braga a Fátima, integrada nas Comemorações do Centenário das Aparições de Fátima. O Senhor Arcebispo Primaz de Braga, D. Jorge Ortiga, acompanhou-nos na peregrinação e presidiu à missa oficial das 11h00 na Basílica da Santíssima Trindade.

3.6. Em parceria com a SOCIALSHOP

6 e 7 de abril, realizaram-se 4 sessões de apresentação/esclarecimentos da Central de Compras. Em Guimarães, no salão Nobre da Venerável Ordem Terceira de S Francisco, em Braga, no auditório do conservatório Bomfim, em Barcelos, na Casa do Menino Deus e em Vila Nova de Famalicão na Associação de Moradores das Lameiras.

7 de junho, realizou-se um seminário sobre Gestão de Compras para Instituições Sociais. Estiveram presentes 95 IPSS onde através de uma representação ilustrada e de um sketch de teatro com uma vertente cómica, mas simultaneamente didática, se demostrou, através da caricatura de casos reais, que não é milagre reduzir custos e aumentar a qualidade.

No ano de 2017 aderiram 13 Instituições ao Serviço Central de Compras.

3.7. Em parceria com a GTI

Foram desenvolvidas 14 ações de formação, com duração de 25 horas cada e que envolveram 205 formandos dos concelhos de Vila Verde, Barcelos, Braga e Guimarães.

Os cursos desenvolvidos foram:

1. Gestão de equipa – 1 ação
2. Gestão de conflito – 1 ação
3. Marketing digital – 1 ação
4. Gestão do Stress Profissional – 2 ações
5. Inteligência emocional – 1 ação
6. Primeiros socorros – 5 ações
7. Comunicação interpessoal e assertiva – 3 ações

3.8. Em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães

12, 13 e 14 setembro – SEMANA SOCIAL

No dia 12, em parceria com a F3M, no auditório do Centro Cultural Vilar Flor, um seminário subordinado ao tema "Os Modelos de Negócios das Organizações Sem Fins Lucrativos". Nesta sessão, o orador convidado, Dr. João Coutinhas, pode estabelecer um paralelismo entre os modelos negócio adotados pelas empresas e aqueles que podem ser adotados pelas organizações sem fins lucrativos. Nas suas palavras, "tal como as empresas precisam de Modelos de Negócio poderosos (a lógica através da qual geram, entregam e capturam valor), também as Organizações do Setor Social necessitam de Modelos de Missão inovadores. Para aquelas, a métrica de sucesso são os lucros; para estas o nível de impacto. Mas, comum aos dois tipos de organização, é a necessidade de monitorizar constantemente os seus Modelos de forma a assegurar, respetivamente, uma resposta eficaz às necessidades dos clientes e uma solução adequada aos problemas dos beneficiários." Foram apresentadas ferramentas / telas que permitem descrever, analisar e desenhar o Modelo de negócio de uma Organização sem fins lucrativos, designadamente, a Tela de Modelo de Missão.

No dia 13, em parceria com a GTI, no Paço dos Duques de Bragança, um seminário subordinado ao tema "Investimento Social: Tendências e Desafios" que contou com Helena Loureiro (Técnica do Programa Portugal Inovação Social), Domingos Lopes (Gestor do PO ISE) e Rui Fiolhais (Presidente do Instituto da Segurança Social).
Na sessão de abertura esteve o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. Domingos Bragança, seguido de uma intervenção em vídeo do Arcebispo Primaz de Braga, D. Jorge Ortiga.
O seminário terminou com uma visita ao Paço dos Duques de Bragança guiada pela diretora, Dr.ª Isabel Fernandes.

No dia 14 de setembro, Festa/Convívio junto ao Santuário da Penha
Não podia a Semana Social ter melhor final do que um convívio entre diversas gerações e respostas sociais. Começou com um piquenique junto ao Santuário da Penha, e terminou em festa, com muita animação musical. Insufláveis, pinturas faciais, máquinas de pipocas e algodão doce, modeladores de balões, oficinas de instrumentos musicais, palhaços, mágicos, malabaristas, o grupo de bombos Cercissons, da Cercigui, e muitos

outros, animaram de forma especial o dia de centenas de utentes, familiares e onde as entidades e as pessoas sublinharam o carinho para com a ação social.
No final plantaram-se oliveiras, árvore símbolo da Paz. Um sinal que as IPSS quiseram deixar na Montanha da Penha como um símbolo do seu empenhamento na harmonia entre Todos.
Esta atividade teve o apoio da Irmandade da Penha, com o acompanhamento permanente do Senhor Juiz da Irmandade, Senhor Manuel Roriz Mendes.

Regista-se, também que, a UDIPSS-BRAGA esteve sempre com as suas associadas naqueles momentos mais relevantes em que essa presença foi solicitada.

4. Protocolos/parcerias assinados em 2017

Central de Compras com a SOCIALSHOP;

TRIFORMIS - Consultoria em Negócios, Lda.;

UTILMÉDICA;

Centro QUALIFICA do Município de Braga;

ISAVE – Instituto Superior de Saúde;

MedicalNorte;

EPATV – Escola Profissional Amar Terra Verde;

Protocolos já existentes:

Centro Regional de Braga da Universidade Católica (CRBr-UCP);

Comissão Arquidiocesana da Pastoral Social e da Mobilidade Humana;

Escola Profissional de Braga;

PROCESS ADVICE, Lda.;

GTI – Gestão, tecnologia e Inovação, S.A.

Associação Comercial de Braga – Comércio, Turismo e Serviços (ACB);

GESTRITIUM – Ambiente, Território e Informação, Unp. Lda.;

F3M – Information Systems, S.A.

Todos os protocolos podem ser consultados no site, www.udipss-braga.pt